

2007/06/04

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS FINANCEIROS, OS NÚMEROS E O SEU SIGNIFICADO.

João Pires Neves[1]

Tanto quanto se sabe, ainda está por inventar aquela organização cujo funcionamento dispensa a atribuição de recursos – humanos, materiais e imateriais, financeiros ...

Nenhuma das organizações inventadas pode permitir dispensar-se de meditar na dimensão dos recursos necessários. Primeiro, porque são geralmente escassos. Quem os disponibiliza é, também, normalmente responsável pela satisfação de outras necessidades a requererem, do mesmo modo, recursos. Depois, porque há um patamar mínimo de recursos, abaixo do qual a organização deixa de responder aos fins para que foi criada. No que tange às Forças Armadas (FA): quais são os recursos financeiros tidos como necessários para cumprirem a sua missão?



Aí está uma pergunta simples, mas de resposta nada fácil. Convenhamos que o tema é inequivocamente complexo. As variáveis são numerosas. Os dados de que se dispõe nem sempre são suficientes para estruturar devidamente uma resposta que se deseja cabal e objectiva. Não seria por isso, no entanto, que se fugiria a abordar, aqui, o assunto.

As Forças Armadas e os números - algumas discrepâncias.

Rara será a ocasião em que, vindo a público o tema, “*despesa com a defesa nacional*”, ele não desperte acentuada emotividade. Isso sucede porque os “números” veiculados são frequentemente desacompanhados de informação que possibilite um entendimento correcto da sua razão de ser, uma explicação do seu significado. Como resultado, instala-se alguma confusão, ocorre uma certa dose de intoxicação da opinião pública, voluntária ou involuntariamente ministrada, ou apresentam-se argumentos para criticar quem por eles é responsável.

Afirma-se, não raras vezes, que os orçamentos das Forças Armadas (FA) deveriam passar dos 1,2-1,3 % do Produto Interno Bruto (PIB) para os 2% do PIB, valor que a generalidade dos nossos parceiros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO) dedicam às suas FA. Mas, se uns consideram “absolutamente inexplicável” que se regateiem às FA montantes, às vezes bem reduzidos outros, de imediato, contrapõem e referem que, Portugal já está bem acima desse valor. Alegam que o esforço que dedica à Aliança já anda muito próximo dos 2,2%, quando a média nos Países da NATO não ultrapassa sequer os 2,11 pontos percentuais (p.p.).

Uma coisa é certa: na “linguagem dos números”, todos falam verdade, mas fazem-no, isso sim, de forma errónea e pouco precisa, desviante. Não explicitam a estrutura de custos associada, o que, na realidade, distorce a informação e confunde as pessoas.

Atente-se no que acontecia, por exemplo, em 1999, quando se pretendia comparar os dados relativos ao PIB (em Milhões de contos (Mc)) com base em fontes distintas: (i) no Anuário Estatístico da Defesa Nacional registava-se um PIB de 20.362 Mc; (ii) no Relatório do Banco de Portugal o valor apresentado rondava os 21.427 Mc; (iii) para a Direcção-Geral de Estudos e Previsão do Ministério das Finanças o valor indicativo era de 21.177 Mc; e (iv) o *NATO Defence Planning Questionnaire* (DPQ) explicitava um PIB de 20.362 Mc. Vistas bem as coisas, todos os valores andam próximos de 21.000 Mc o que parece ser uma referência teoricamente aceitável. Sê-lo-á face à realidade das coisas?

Nesse mesmo ano, e em termos de “*orçamento da defesa nacional*”, a preços correntes, a Lei 87-B/98 do Orçamento do Estado estabelecia como tecto máximo para a defesa nacional um valor de 320.1 Mc, ou seja cerca de 1,5 % do PIB. Ainda no mesmo ano, o Anuário Estatístico da Defesa Nacional registava, como valor 261.6 Mc, (1,25 % do PIB). O DPQ 2000 assumia, com a mesma finalidade, um tecto de 452.8 Mc (2,2 % do PIB).

Importa esclarecer aqueles números. O primeiro valor reflecte a despesa orçamentada para a Defesa Nacional, designadamente para os seus elementos orgânicos: os gabinetes dos membros do Governo, os Órgãos e Serviços Centrais (OSC) do Ministério da Defesa Nacional (MDN), os três ramos das Forças Armadas, os Investimentos do Plano e as designadas Contas de Ordem[2]. O

segundo valor, processado pela Secretaria-Geral do MDN, agregava as verbas relativas ao orçamento de funcionamento, englobando as despesas com “pessoal”, com “operação e manutenção (O&M)” e ainda com o “investimento”, via PIDDAC e/ou LPM, pese embora excluindo as já citadas Contas de Ordem e as Despesas Com Compensação em Receita (DCCR). O terceiro valor, esse, de acordo com os próprios critérios NATO, aglutinava as despesas do MDN considerando nesse agregado global o próprio Ministério e os seus encargos, o Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), os três ramos das FA e a *Guarda Nacional Republicana* (GNR) que, apesar de corpo militar, depende, como é sabido, do Ministério da Administração Interna e não do MDN, e ainda as “*pensões de reforma*” pagas pela Caixa Geral de Aposentações, a todos os militares, militarizados ou civis que alguma vez tenham passado pelas FA.

Quer dizer: a nível nacional, verifica-se a existência de distintas lógicas de classificação e agregação de despesas relativas à defesa nacional. Esta situação conduz, inexoravelmente, a uma distorção das análises comparativas que são elaboradas sobre os respectivos orçamentos, construindo-se imagens erróneas da realidade, que não retratam, com a devida fiabilidade, o esforço financeiro neste domínio, nem tão pouco a sua evolução. A inclusão, no capítulo dedicado à defesa nacional, das despesas relativas à GNR e às pensões de reforma de militares, militarizados e civis, envolvendo significativas verbas não inseridas no orçamento, provoca uma substancial deformação do esforço financeiro em apreço, quer em valores absolutos, quer em relação ao PIB, situação que, em nome do rigor, deveria ser evitada.

As Forças Armadas e os números - o País e a NATO.

Os dados que antecedem, colhidos de várias fontes, respeitam apenas a 1999. Por isso, dão-nos uma visão “estática” da realidade. Se se pretender analisar esta mesma problemática segundo uma outra lógica, mais “dinâmica”, haverá que olhar os números e o seu comportamento ao longo de um determinado período de tempo. Desejável, mesmo, será compará-los com os dados similares de outros países, designadamente daqueles que, como nós, são membros da NATO. O objectivo é registar a evolução verificada, por exemplo, numa década – entre 1990 e 2000 – e, pela comparação com valores dos outros países da Aliança, aquilatar o que as FA de Portugal representam, de facto, em “dimensão” e “encargo”, para a nação.

Considerando os dados oficiais da NATO[3] e dos países que em 2000 a integravam[4], verifica-se que, naquele mesmo período, os “efectivos” portugueses (oficiais, sargentos e praças) reduziram em cerca de 22%, passando de 62.3 milhares de homens, em 1990, para 48.4, em 1999 e 44.7, em 2000. Note-se que, embora nove outros países da NATO tenham reduzido os seus efectivos em valores superiores aos nossos, partiram, em 1990, de um total de efectivos bem mais elevado.

No que à “*relação entre o número de militares e o total da população*” respeita, verifica-se uma redução também em Portugal, passando de 0,63%, em 1990, para 0,48%, em 1999, o que significa que nos situamos dentro dos valores médios observados na Aliança (0,52 %), sendo que apenas a Turquia, a Grécia e a Noruega se situam acima dos 0,60% de militares em relação ao total da população.

No que concerne a “*despesa com a defesa nacional*” constata-se que, comparativamente, os ramos das FA Portuguesas, ao passarem de 174 milhões de contos (Mc), em 1990, para 149 Mc, em 1999 registaram (a preços de 1990) uma tendência evolutiva decrescente, da ordem dos 15% ao longo dos dez anos em observação, redução esta, em tudo idêntica à verificada nos demais países da NATO, com excepção do Luxemburgo e da Turquia.

Ainda, neste capítulo das despesas com a defesa nacional, Portugal, com cerca de 1.300 milhões de dólares americanos (USD), em 1999 e a preços desse ano, é dos países que menos gastam. À excepção do Luxemburgo, caso particular no contexto Europeu, como é sabido, Portugal é mesmo o país da NATO que menos gasta com as suas FA. Note-se inclusivamente, que a seguir a Portugal aparece a Bélgica, com 1.825 milhões de USD, um valor praticamente 50 % superior ao nosso, embora a Bélgica, em efectivos, apresentasse, em 1999, em relação a Portugal, menos 13.600 homens.

O nosso país, com 48.400 militares registados nesse mesmo ano, é dos países em que o “*Custo por militar*” é menor, da ordem dos 26,59 USD, e com diferenças enormes face aos restantes países da Aliança. Em 1999, só a Turquia apresentava valores nitidamente inferiores ao nosso (9,93 USD), sendo, no entanto, os efectivos bem superiores aos portugueses, cerca de 543.700 homens. Também a Grécia, com 25,39 USD e a Espanha com 23,16 USD, registam valores ligeiramente inferiores a Portugal, pese embora os efectivos sejam, uma vez mais, muito superiores aos nossos, na casa dos 154.800 e 179.700 homens, respectivamente.

Se considerarmos o indicador “*encargo que cada português tem com os três ramos das FA*” (129

US\$) a conclusão não deixa de ser muito diferente das anteriores. Apenas a Turquia e a Espanha, com populações muito superiores, batem este nosso “*record*”. Quanto aos cidadãos dos restantes 12 países, participam no esforço da sua defesa com valores, realmente, muito superiores aos portugueses (nalguns casos 5 a 6 vezes mais).

Por último, em termos de “*peso das despesas das FA no Produto Interno Bruto (PIB)*”, as conclusões não serão mesmo nada diferentes dos dados que vimos apresentando. Antes pelo contrário: Portugal, tanto em termos absolutos, como em termos comparativos, gasta com a defesa uma pequena parcela do seu PIB. Na verdade, a fatia do PIB que Portugal alocou às suas FA no período em questão foi mesmo bastante reduzida, cerca de 33 % ao longo de dez anos, o que equivale a dizer que, a preços correntes, passou de 1,77 % do PIB, em 1990, para 1,20 % do PIB, em 1999.

Registe-se que, comparativamente, a Bélgica, o Canadá, a Itália, o Luxemburgo e a Espanha gastam com as suas FA uma proporção menor do seu PIB. Com excepção do Luxemburgo, no entanto, todos esses países têm um PIB muito superior ao nosso, da ordem das 2,5 a 10 vezes mais, e isso, convenhamos, que faz toda a diferença. De realçar que, desde então, i.e. 1999, a situação não se alterou significativamente. Portugal continuou abaixo do *benchmark* de 2,0 %, fixado pela NATO como o mínimo aceitável, apesar de em termos percentuais do PIB venha sendo majorada em cerca de 0.3 p.p. mais. A este resultado não será estranho a incorporação de algumas das despesas da GNR e ainda, ao que parece, dos pagamentos da CGA relativos às pensões dos reformados, já anteriormente mencionados.

Sintetizando: no decurso da década passada (entre 1990 e 1999) Portugal reduziu em dimensão as suas FA segundo a mesma linha tendencial de 15%, verificada na generalidade dos países da Aliança e aparece sistematicamente na cauda da lista dos encargos, ou dos custos, considerados que sejam indicadores como os “*custos por militar*”, os “*encargo por cidadão*” e/ou as “*Despesas da Defesa versus PIB*”, apresentando invariavelmente valores mais baixos do que os outros países e bem aquém do tecto de 2% que a NATO, de alguns anos a esta parte, vem considerando como a contribuição mínima aceitável.

As Forças Armadas e os números - o longo prazo e a evolução verificada.

Para se alargar um pouco mais a perspectiva dos números, haveria toda a vantagem em observá-los numa base de tempo também mais dilatada. Essa visão permitir-nos-ia fazer uma melhor ligação do passado com o presente e sustentar, com maior rigor e objectividade, a análise mais fina dos dados e, até, as próprias conclusões. Para o efeito, e por se tratar de uma série de dados de mais longo prazo, pareceu-nos adequado utilizar como “*indicadores*” preferenciais a evolução do “*peso das despesas da Defesa nas despesas Públicas e no PIB*” e como fontes principais de consulta os “*Anuários Estatísticos da Defesa Nacional*” (1993-2004) [5] e a “*Conta Geral do Estado*”, de 2004.

Neste quadro, constata-se que, em Portugal, a “*percentagem (%) das despesas da defesa no PIB*” decresceu de 2,3 % para 1,2 %, no período de 1987 até 2002, situando-se na casa dos 1,3 % em 2003 e 2004. Quanto ao outro indicador – “*peso da defesa nacional nas despesas públicas*” – verifica-se que o seu valor desce, de forma igualmente sistemática, dos 6,9 %, em 1987, até aos 2,5 %, em 1998, ano em que atinge mesmo um mínimo, para depois voltar a subir até aos 4,6 %, em 2004, aproximando-se dos 4,4 %, médios, registados no período em análise. De notar, inclusivamente, o verificado no decurso da última década, o crescimento médio da “*despesa com a defesa*” registou uma evolução bem pequena, de 3,5 p.p., ao contrário da que o próprio PIB verificara, de 5.6 % e, até mesmo da evolução apresentada pela despesa do Sector Público Administrativo, a qual se situou em valores da ordem das três vezes e meia superior (12,6 %) àqueles que haviam sido veiculados como despesa com a defesa e com as FA.

Pese embora esta evidência, pareceu-nos conveniente ir mais longe. Conviria aprofundar a análise dos números, segundo uma outra perspectiva, a da “*natureza das despesas da defesa*”, com o propósito de ganhar efectiva consciência de como é que ela se encontra distribuída e agregada. Na prossecução deste desiderato importaria, no entanto, lembrar que, de acordo com o Anuário da Defesa Nacional e tendo em conta o classificador das despesas públicas que vem sendo oficialmente utilizado, se distinguem três principais agrupamentos de despesa: (i) “*Pessoal*”, que se relaciona com o grupo “*Despesas de pessoal*”; (ii) “*Operação e Manutenção*”, que tem a ver com os grupos “*Aquisição de bens e serviços correntes*”, “*Transferências correntes*” e “*Outras despesas correntes*”; e (iii) “*Despesas de capital*”, que se identifica com o grupo com a mesma designação do referido classificador. Mais, há despesas de pessoal, como sejam, a alimentação e o fardamento do efectivo militar que, por lei, são incorporadas no agrupamento “*Aquisição de bens e serviços*” e, por conseguinte, na desagregação que vem sendo considerada, incluídas no grupo “*Operação e manutenção*”.

Acresce referir que os principais instrumentos de investimento na defesa nacional, sejam as Leis de Programação Militar (LPM) e/ou o Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), pela sua natureza e especificidade, têm tratamento autónomo. Todavia esta autonomia é, sublinhe-se, uma autonomia relativa, pois a LPM vê anualmente as suas dotações objectivadas no Orçamento do Estado (OE), procedimento, sem o qual, aliás, a sua própria execução não pode ser levada por diante. O PIDDAC, é mesmo aprovado e incorporado no próprio processo de preparação e aprovação do OE, que é regulado, como é sabido, pela Lei de Execução Orçamental (LEO).

Atente-se, então, nos números e nos valores médios globais verificados em percentagem (%) naqueles mesmos agrupamentos e ao longo dos últimos 7 anos, entre 1998 e 2004: *Pessoal* – 68,2 %; *Operação e manutenção* – 20,6 %; *Despesas com capital* – 1,7 %; *LPM* – 8,5 %; e *PIDDAC* – 1,0 %. Quanto à distribuição por capítulos do próprio MDN constata-se que, em média, aos OSC/MDN foram atribuídos 4,7 %, enquanto o EMGFA e os ramos receberam respectivamente 2,6% e 92,7% assim distribuídos Marinha – 27,3%; Exército – 42,2%; e Força Aérea – 23,2%.

Mais, no decurso do mesmo período o “Pessoal”, por exemplo, consumiu cerca de 69,97% dos recursos financeiros atribuídos à Marinha, 78,06% dos do Exército e 56,03% dos da Força Aérea. O montante de financiamento da defesa, note-se, é em geral muito influenciado por esta mesma componente da despesa. Os valores de crescimento verificados numa e outra são mesmo muito semelhantes, sobretudo de 1999 a 2004, período em que a “defesa”, em geral, cresceu 7.2 % e o “pessoal” 6.3 %. Significa isto um orçamento de funcionamento muito distorcido, face aos limites de referência tidos como recomendáveis para alocar àqueles mesmos agrupamentos, ou seja “Pessoal” – 50%; “Operação e manutenção” - 25% e “Investimento/ Capital” – 25%.

Esta é a “linguagem dos números” que, frequentemente, vem sendo utilizada para evidenciar que as FA gastam uma elevada percentagem do seu orçamento em “Pessoal”. Nesta lógica, se por hipótese, os outros dois agrupamentos (Operação e Manutenção e Investimento/Capital) fossem reduzidos financeiramente a zero dir-se-ia, então, que, nessas circunstâncias, as FA consumiriam 100% dos seus recursos financeiros com o Pessoal. Contudo, tendo a percentagem de PIB distribuída às FA, de há uns anos a esta parte, estado fortemente condicionada, a valores da ordem dos 1,2 % (nos últimos 7 anos) ou de 1,4% (nos últimos 15 anos) não será com certeza fácil aos ramos, nestas condições, inverterem, por si sós e apenas com medidas de gestão interna, a citada distorção orçamental. Sobretudo, numa época em que a completa profissionalização das FA está em franco desenvolvimento e em que os custos, por homem – soldado ou marinheiro – voluntário, ou contratado, são superiores àqueles em que importava o militar em “serviço efectivo normal” (SEN) [6].

Dito isto, parece-nos oportuno interromper por ora esta nossa deambulação pelos “números”, que já vai longa, na medida em que o nosso propósito, sublinhe-se, não é propriamente cansar!

Retomaremos o assunto oportunamente, abordando entre outros tópicos “a redução dos efectivos e o comportamento da despesa” ...

[1] Vice-almirante na Reserva.

[2] No caso em apreço as Contas de Ordem referem-se aos orçamentos privativos dos organismos dotados de autonomia administrativa e financeira.

[3] “*Semestral Statistical Memorandum – Basic Statistical Data on Effort and Economic Development of NATO Countries*”

[4] Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Alemanha, Grécia, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Portugal, Espanha, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos

[5] O último Anuário Estatístico da Defesa Nacional refere-se ao ano de 2004, daí o intervalo do período ter terminado neste ano de 2004.

[6] Militar em SEN era aquele que se encontrava cumprindo o Serviço Militar Obrigatório (SMO).

172 TEXTOS RELACIONADOS:

2012/06/21

FORÇAS ARMADAS E A SUA RAZÃO DE SER. UM PROCESSO PEDAGÓGICO.

Jorge Sêrro Prazeres

2012/06/14

FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS EM DEBATE. UM PROCESSO PEDAGÓGICO

Jorge Sêro M. Prazeres[1]

2012/04/20

REFLEXÃO SOBRE O SUCESSO DA INICIATIVA “SMART DEFENCE”

Pedro Santos Jorge[1]

2012/03/28

A DESPESA COM AS FORÇAS ARMADAS E A LINGUAGEM DOS NÚMEROS

João Pires Neves[1]

2012/02/08

A DEFESA ECONÓMICA EM PORTUGAL

Nuno Silva Domingos[1]

2012/02/03

CLAUSEWITZ’S PARADOXICAL TRINITY AND THE FAILURE OF NAPOLEON IN PORTUGAL

Luís Falcão Escorega[1]

2012/01/26

THE VIRTUES OF DEBATING DEFENCE POLICY

Tiago Fernandes Mauricio[1]

2011/12/17

O PROCESSO DE PLANEAMENTO DE DEFESA DA OTAN – PONTO DE SITUAÇÃO

Pedro Santos Jorge[1]

2011/11/10

OS COMENTADORES POLÍTICOS E A INSTITUIÇÃO MILITAR

José M. Castanho Paes[1]

2011/11/07

OS DESAFIOS ACTUAIS ÀS INFORMAÇÕES MILITARES

Rui Vieira[1]

2011/11/04

A GRANDE OPORTUNIDADE

Alexandre Reis Rodrigues

2011/10/20

BILHETE DE IDENTIDADE MILITAR[1]

Fernanda Maria Costa[2]

2011/06/28

A NOVA ESTRUTURA DA NATO. ALGUÉM GANHOU?

Alexandre Reis Rodrigues

2011/06/06

RACIONALIZAR, NÃO É A PALAVRA DE ORDEM?[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2011/05/16

CONTRIBUTOS DO PODER AÉREO EM OPERAÇÕES DE ESTABILIZAÇÃO, SEGURANÇA, TRANSIÇÃO E RECONSTRUÇÃO (II PARTE)

João Nunes Vicente[1]

2011/05/15

CONTRIBUTOS DO PODER AÉREO EM OPERAÇÕES DE ESTABILIZAÇÃO, SEGURANÇA, TRANSIÇÃO E RECONSTRUÇÃO (I PARTE)

João Paulo Nunes Vicente[1]

2011/05/09

ESTUDOS SOBRE O FUTURO DO FENÓMENO DA GUERRA

João Nunes Vicente[1]

2011/02/21

MARINHA DE DUPLO USO: UM CONCEITO PÓS-MODERNO DE UTILIZAÇÃO DO PODER MARÍTIMO[1]

Nuno Sardinha Monteiro e António Anjinho Mourinha[2]

2011/01/14

JOSÉ MOURINHO, UM PORTUGUÊS DE QUINHENTOS

João Brandão Ferreira

2010/12/27

A POLÍCIA QUE NÃO PODE PRENDER[1]

Paulo Pereira de Almeida[2]

2010/11/16

A NATO E PORTUGAL. ALINHAMENTOS PARA UM NOVO CONCEITO ESTRATÉGICO DA ALIANÇA

Luís Brás Bernardino[1]

2010/09/15

SUBMARINOS - FACTOS E ARGUMENTOS *

Texto do CDS

2010/07/12

FORÇAS ARMADAS: INÚTEIS OU INDISPENSÁVEIS?[1]

Paulo Pereira de Almeida[2]

2010/07/11

O INSTRUMENTO MILITAR COMO PRODUTOR DE SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO NOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. CONTRIBUTOS PARA UMA ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA NACIONAL[1]

Luís Brás Bernardino[2]

2010/07/10

UMA POLÍCIA ÚNICA?[1]

Paulo Pereira de Almeida[2]

2010/06/16

AS “NOVAS” TAREFAS DAS FORÇAS ARMADAS: LIÇÕES DE VINTE ANOS DE MISSÕES EM ZONAS DE CRISE”[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2010/05/15

FORÇAS ARMADAS - UMA ESTRATÉGIA DE MUDANÇA[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2010/04/28

ENERGIA, UM TEMA CENTRAL DE SEGURANÇA E DEFESA

Alexandre Reis Rodrigues

2010/03/14

A SOBERANIA DOS ESTADOS E O MAR - A REALIDADE PORTUGUESA[1]

João Pires Neves[2]

2010/02/19

TOWARDS A HOLISTIC VIEW OF WARFARE

João Vicente[1]

2010/02/16

DAS “NOVAS CRISES”: BREVES CONTRIBUTOS PARA A SUA CLARIFICAÇÃO CONCEPTUAL

Luís Falcão Escorrega[1]

2010/01/24

A CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL, AS CAUSAS PROVÁVEIS – AS SOLUÇÕES POSSÍVEIS[1]

Eduardo Serra Brandão[2]

2009/12/13

QUE CONTRIBUTOS DE PORTUGAL E DA CPLP PARA A ARQUITECTURA DE PAZ E SEGURANÇA AFRICANA?

Luís Brás Bernardino[1]

2009/12/06

QUE FARIAM OS EUROPEUS SEM A NATO?[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2009/09/28

SEGURANÇA NACIONAL, SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES E AS FORÇAS ARMADAS[1]

Jorge Silva Carvalho[2]

2009/09/16

AS FORÇAS ARMADAS, O ESTADO E A NAÇÃO

João Brandão Ferreira

2009/07/07

O TGV E A DEFESA NACIONAL

João Brandão Ferreira

2009/05/22

PARLIAMENTARY CONTROL OF ARMED FORCES” IN PORTUGAL[1]

Inês de Carvalho Narciso[2]

2009/04/27

COMBATE AO BIOTERRORISMO. PRIORIDADE NACIONAL?[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2009/01/20

A REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA SUPERIOR DA DEFESA[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2008/11/18

CRISE NA INSTITUIÇÃO MILITAR

João Brandão Ferreira

2008/11/05

NA PROCURA DO ALVO: A UTILIDADE DA FORÇA

Pedro Brito Teixeira[1]

2008/10/31

FORÇA ARMADAS – UMA QUESTÃO DE ESTADO

Alexandre Reis Rodrigues

2008/06/26

SUBVERSÃO E CONTRA-SUBVERSÃO [1]

Francisco Proença Garcia[2]

2008/06/20

UMA REFORMA MAL EXPLICADA [1]

Alexandre Reis Rodrigues

2008/06/12

DIPLOMACIA ECONÓMICA: O QUE É? [1]

Daniela Siqueira Gomes[2]

2008/04/18

BEMPOSTA ON THE ROAD - UM CONCEITO DIPLOMÁTICO

Bruno Caldeira

2008/04/14

A IMAGEM DUALISTA SOBRE OS ESTADOS UNIDOS

Gilberto Barros Lima[1] (Brasil)

2008/04/02

A RELEVÂNCIA ESTRATÉGICA DO PODER AÉREO NUMA APROXIMAÇÃO ÀS OPERAÇÕES BASEADA EM EFEITOS[1] (PARTE II)

João Vicente

2008/04/01

A RELEVÂNCIA ESTRATÉGICA DO PODER AÉREO NUMA APROXIMAÇÃO ÀS OPERAÇÕES BASEADA EM EFEITOS[1] (PARTE I)

João Vicente

2008/03/28

HISTÓRIA CONCISA DO TERRORISMO – PARTE III

José Vale Faria[1]

2008/03/27

HISTÓRIA CONCISA DO TERRORISMO – PARTE II

José Vale Faria[1]

2008/03/26

HISTÓRIA CONCISA DO TERRORISMO – PARTE I

José Vale Faria[1]

2008/03/10

UM OÁSIS NO “DESERTO” PORTUGUÊS: O COLÉGIO MILITAR

João Brandão Ferreira

2008/02/16

O QUE HÁ DE NOVO NA “INTELLIGENCE?”[1]

Francisco Proença Garcia[2]

2008/02/13

AS FORÇAS ARMADAS E O NOVO COMANDO OPERACIONAL CONJUNTO

Alexandre Reis Rodrigues

2008/02/11

REFORMA NECESSÁRIA?

João Ferreira Barbosa

2008/01/28

DUALIDADES GEOPOLÍTICAS E GEOESTRATÉGICAS PORTUGUESAS

João Brandão Ferreira

2007/12/22

ACORDEM PORTUGUESES!

João Brandão Ferreira

2007/12/16

PARA ALÉM DA GUERRA[1]

Sandro Mendonça[2]

2007/12/10

SEGURANÇA: VISÃO GLOBAL. A PERSPECTIVA DAS INFORMAÇÕES[1]

Jorge Silva Carvalho

2007/11/15

A IMAGEM PÚBLICA DAS FORÇAS ARMADAS NO QUADRO DAS SUAS MISSÕES

José Castanho Paes

2007/11/11

WAR IN THE XXI CENTURY[1]

Francisco Proença Garcia

2007/10/04

A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA (GNR) NAS MISSÕES DE PAZ[1]

Francisco M. Rodrigues[2]

2007/10/03

A INDÚSTRIA DE DEFESA – ENQUADRAMENTO GERAL[1]

José Silva Cordeiro[2]

2007/08/13

A AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO: RUMO À ERRADICAÇÃO DA POBREZA?

Daniela Siqueira Gomes

2007/08/03

O CÓDIGO DO SILÊNCIO

Alexandre Reis Rodrigues

2007/07/31

IDENTIDADE E INDIVIDUALIDADE NACIONAL PORTUGUESA

João Brandão Ferreira

2007/07/18

O MARXISMO

Pedro Conceição Carvalho

2007/07/04

FASCISMO E NAZISMO

Pedro Conceição Carvalho

2007/06/20

O SISTEMA INTEGRADO DE SEGURANÇA INTERNA (SISI) E A SUA ARTICULAÇÃO COM O SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA REPÚBLICA PORTUGUESA (SIRP)[1]

Jorge Silva Carvalho[2]

2007/06/18

DE COMO OPINAR COM CREDIBILIDADE ACERCA DAS FORÇAS ARMADAS. CONSIDERAÇÕES FINAIS

João Pires Neves[1]

2007/06/11

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS FINANCEIROS, OS NÚMEROS E O SEU SIGNIFICADO. (2ª PARTE) (I-A)

João Pires Neves[1]

2007/05/30

OPERAÇÕES EM REDE. CONTRIBUTOS PARA O SEU ESTUDO[1]

João Nunes Vicente [2]

2007/05/29

DEVEM OS CHEFES DE ESTADO MAIOR DECLARAR OS RENDIMENTOS?

João Brandão Ferreira

2007/05/29

OS SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES NO MUNDO ACTUAL[1]

Jorge Silva Carvalho[2]

2007/05/28

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS HUMANOS E A FORMAÇÃO” (IV)

João Pires Neves[1]

2007/05/22

LIMITES À PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES NO ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO

Jorge Silva Carvalho

2007/05/20

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS HUMANOS E A MOTIVAÇÃO (III)

João Pires Neves[1]

2007/05/19

A REGULAMENTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA REPÚBLICA PORTUGUESA – CONTINUAÇÃO DA REFORMA[2]

Jorge Silva Carvalho[1]

2007/05/14

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS HUMANOS E OS QUADROS DE PESSOAL (II)

João Pires Neves[1]

2007/05/10

INTELIGÊNCIA E DEFESA NA TRÍPLICE FRONTEIRA: IMPACTOS DO ÚLTIMO RELATÓRIO DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA PARA O BRASIL

Fábio Pereira Ribeiro[1]

2007/05/07

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS HUMANOS E AS NECESSIDADES ORGANIZACIONAIS (I)

João Pires Neves[1]

2007/05/06

A GNR E O MAR TERRITORIAL (VERSÃO INTEGRAL DO ARTIGO PUBLICADO NO JORNAL PÚBLICO DE 5 MAIO)

Alexandre Reis Rodrigues

2007/05/02

SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA E A DEFESA DA NAÇÃO[2]

Fábio Pereira Ribeiro[1]

2007/04/30

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. A COMPONENTE FIXA E A REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS (3ª PARTE) (VI-B)

João Pires Neves[1]

2007/04/27

POLÍTICA DE DEFESA E INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA: PRIORIDADES PARA UM PAÍS COMO O BRASIL [1]

Fábio Pereira Ribeiro[2]

2007/04/26

O GRANDE DESAFIO DA DEFESA

Grupo de Trabalho do Instituto Humanismo e Desenvolvimento[1]

2007/04/25

AS FORÇAS ARMADAS E A ECONOMIA

Alípio Tomé Pinto[1]

2007/04/20

POLÍTICA DE DEFESA: INTERESSES NACIONAIS EM JOGO

Fábio Pereira Ribeiro[1]

2007/04/20

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. A COMPONENTE FIXA E A REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS (2ª PARTE) (VI-A)

João Pires Neves[1]

2007/04/16

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. A COMPONENTE FIXA E A REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS (1ª PARTE) (VI)

João Pires Neves[1]

2007/04/14

CONHECIMENTO, USO E CONTROLO DO MAR PORTUGUÊS

José Castanho Paes

2007/04/09

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SFN E A PROGRAMAÇÃO MILITAR [V-A]

João Pires Neves[1]

2007/04/05

A ALMA DAS INSTITUIÇÕES

Alípio Tomé Pinto[1]

2007/04/02

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SFN E A PROGRAMAÇÃO MILITAR (V)

João Pires Neves[1]

2007/03/26

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS (1997), O 11 DE SETEMBRO DE 2001 E O SISTEMA DE FORÇAS (2004) (IV)

Autor: João Pires Neves[1]

2007/03/19

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS E A SUA ESTRUTURA ORGANIZATIVA (2ª PARTE) (III.A)

João Pires Neves[1]

2007/03/12

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS E A SUA ESTRUTURA ORGANIZATIVA (1ª PARTE) (III)

João Pires Neves[1]

2007/03/06

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS NACIONAL, O PLANEAMENTO E AS SENSIBILIDADES (II)

João Pires Neves[1]

2007/02/27

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS. A GRANDE REFERÊNCIA. (I)

João Pires Neves[1]

2007/02/24

COMO PODE SER CARACTERIZADA A ACÇÃO DA AL QAEDA NA MATRIZ DA GUERRA SUBVERSIVA (II PARTE)

Serrano, Custódio, Valente, Leal e Alves

2007/02/23

COMO PODE SER CARACTERIZADA A ACÇÃO DA AL QAEDA NA MATRIZ DA GUERRA SUBVERSIVA (I PARTE)

Serrano, Custódio, Valente, Leal e Alves

2007/02/21

REPÓRTERES DE GUERRA. FORMAÇÃO[1]

Paulo Sales Grade

2007/02/16

AS FORÇAS ARMADAS E O “AMBIENTE NACIONAL” (II)

João Pires Neves[1]

2007/02/13

A (R)EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO[1]

João Vicente[2]

2007/02/12

AS FORÇAS ARMADAS E O AMBIENTE INTERNACIONAL (I)

João Pires Neves[1]

2007/02/10

O CERCO APERTA-SE

Eduardo Silvestre dos Santos

2007/02/09

ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O MAR: UMA QUESTÃO FULCRAL

José Castanho Paes

2007/02/05

AS FORÇAS ARMADAS – A “FINALIDADE E A MISSÃO”

João Pires Neves[1]

2007/02/04

OPERAÇÕES BASEADAS EM EFEITOS: O PARADIGMA DA GUERRA DO SÉCULO XXI[2]

João Vicente[1]

2007/01/29

DE COMO OPINAR COM CREDIBILIDADE ACERCA DAS FORÇAS ARMADAS

João Pires Neves[1]

2007/01/09

O NAUFRÁGIO [1]

Alexandre Reis Rodrigues

2006/12/03

ANTI-MILITARISMO PRIMÁRIO

José Castanho Paes [1]

2006/11/30

O SERVIÇO DE SAÚDE MILITAR NO PRINCÍPIO DO SÉCULO XXI EM PORTUGAL

João Brandão Ferreira

2006/11/23

LAS GUERRAS QUE NOS VIENEN

Miguel Fernández y Fernández [1]

2006/10/26

O DIREITO À GUERRA JUSTA[2]

João Vicente[1]

2006/10/26

A GEOPOLÍTICA DE RATZEL, LA BLACHE E KJELLEN E O ECLODIR DA I GRANDE GUERRA

Hugo Palma[1]

2006/10/22

TENDÊNCIAS DAS COMPONENTES TERRESTRES DAS FORÇAS ARMADAS

Miguel Moreira Freire

2006/10/19

A UTILIDADE DA FORÇA. A ARTE DA GUERRA NO MUNDO MODERNO[1]

Miguel Moreira Freire

2006/10/01

O COMANDO OPERACIONAL DAS FORÇAS ARMADAS E O QUARTEL-GENERAL CONJUNTO. EQUÍVOCOS A DESFAZER.

Alexandre Reis Rodrigues

2006/09/21

BOLONHA, O ENSINO SUPERIOR MILITAR E A QUALIDADE

Casimiro Pacheco Talhinhos

2006/09/14

QUESTÕES QUE SE PÕEM AO ENSINO SUPERIOR MILITAR

João Brandão Ferreira

2006/07/30

LA OTAN Y LA TRANSFORMACION[1]

Miguel Fernández y Fernández (Alm. da Marinha de Espanha)

2006/07/07

O COLÉGIO MILITAR PARA ALUNOS EXTERNOS?

João Brandão Ferreira

2006/06/27

ORGULHOSAMENTE SÓS

António Borges de Carvalho

2006/06/08

FORÇAS INTERNACIONAIS EM TIMOR. CADEIA DE COMANDO

Américo Silva Santos

2006/06/07

A GNR E AS RELAÇÕES DE COMANDO. OUTRA PERSPECTIVA

António Borges de Carvalho

2006/06/06

A GNR E AS RELAÇÕES DE COMANDO

João Ferreira Barbosa

2006/06/01

REEQUIPAMENTO ADIADO

João Ferreira Barbosa

2006/05/25

FORMACION Y TRANSFORMACION MILITAR

Miguel Fernández y Fernández[1]

2006/05/06

CICLO DE CONFERÊNCIAS «PORTUGAL E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS» - INFORMAÇÃO

Alexandre Reis Rodrigues

2006/05/06

O PRACE E A DEFESA NACIONAL

João Ferreira Barbosa

2006/03/28

PARA UMA LEITURA ESTRATÉGICA DA HISTÓRIA DAS RELAÇÕES LUSO-MAGREBINAS

João Brandão Ferreira

2006/03/27

O COMANDO SUPREMO DAS FORÇAS ARMADAS

António Borges de Carvalho

2006/03/21

O PRIMEIRO TIRO

Romeu Bentes Marcelo

2006/03/19

A GUERRA DOS CARTOONS

Alexandre Reis Rodrigues

2006/03/04

O MILITAR E O CIDADÃO E AS RELAÇÕES CIVIL-MILITARES (II PARTE)

João Brandão Ferreira

2006/03/03

O MILITAR E O CIDADÃO E AS RELAÇÕES CIVIL-MILITARES (I PARTE)

João Brandão Ferreira

2006/02/25

DIREITOS HUMANOS: VIOLAÇÃO E GUERRA CIVIL

Marcelo Rech[1]

2006/02/19

AFINAL, HUNTINGTON TINHA RAZÃO? SE NÃO FOR O PARADIGMA DAS CIVILIZAÇÕES, ENTÃO QUAL É?

Eduardo Silvestre dos Santos

2006/02/07

A PAZ

João Brandão Ferreira

2006/02/05

GEOPOLÍTICA PÓS-MODERNA: REPENSAR A GEOPOLÍTICA NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

Eduardo Silvestre dos Santos

2006/01/22

EXISTEM FORÇAS PARA AS MISSÕES?

João Nuno Barbosa

2006/01/22

CONVÉM NÃO PERDER CAPACIDADES

João Nuno Barbosa

2006/01/17

O EMPREGO DO PODER NAVAL NO SÉCULO XXI

Alexandre Reis Rodrigues

2006/01/09

FILOSOFAR É PRECISO

João Brandão Ferreira

2005/11/24

PORTUGAL E O MAR. UMA RELAÇÃO DIFÍCIL

João Ferreira Barbosa

2005/11/08

PORTUGAL: OS CONFLITOS MILITARES DOS ÚLTIMOS TRINTA ANOS

João Brandão Ferreira

2005/09/02

MILITARY POWER

Alexandre Reis Rodrigues

2005/04/23

ALGUMAS PERGUNTAS AO MINISTRO DA DEFESA [1]

Alexandre Reis Rodrigues

2005/04/22

CAPACIDADE EXPEDICIONÁRIA OU DEFESA TERRITORIAL?

Alexandre Reis Rodrigues

2005/03/22

SEREIAS NA DEFESA

Américo Silva Santos

2005/03/21

POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL DO XVII GOVERNO CONSTITUCIONAL

Eduardo Silvestre dos Santos

2005/03/06

INDEPENDÊNCIA AMEAÇADA?

Alexandre Reis Rodrigues

2005/02/23

UM NOVO CICLO PARA A DEFESA? [1]

Alexandre Reis Rodrigues

2005/01/02

REFLEXÕES PROGRAMÁTICAS PARA A DEFESA[1]

Grupo Trabalho Reflexão e Defesa (IHD)

2004/06/29

ALGUNS CONTRIBUTOS PARA A DEFINIÇÃO DE UMA POLÍTICA DE DEFESA

Alexandre Reis Rodrigues

2004/05/17

POR UM CONCEITO DIFERENTE DE DEFESA

Rui Arrifano

2004/04/23

OS INVESTIMENTOS NA DEFESA

Alexandre Reis Rodrigues

2004/04/23

CONTRIBUTOS PARA O EMPREGO DO BATALHÃO DE INFANTARIA NA LUTA CONTRA-SUBVERSIVA ACTUAL

Francisco Proença Martins com ...

2004/04/04

DISSUAÇÃO OU PREVENÇÃO?

Alexandre Reis Rodrigues

2003/11/18

O COMANDO DAS FORÇAS ARMADAS E A REVISÃO CONSTITUCIONAL

António Borges de Carvalho

2003/09/30

SEGURANÇA NACIONAL - COMPONENTE MILITAR

Freitas Ribeiro Pacheco

2003/09/29

TELEVISÃO PÚBLICA

Dr. António Borges de Carvalho

2003/06/13

UM NOVO CICLO DE PLANEAMENTO

Alexandre Reis Rodrigues

2002/10/02

DISCUSSÃO PÚBLICA DAS BASES DO CEDN

Alexandre Reis Rodrigues

2002/09/16

A PROPÓSITO DA DISCUSSÃO DAS BASES DO CEDN

Alexandre Reis Rodrigues

2002/08/21

DEFESA, INTERESSES NACIONAIS E AMEAÇAS

Alexandre Reis Rodrigues

2001/06/20

O LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL

Alexandre Reis Rodrigues

2001/05/02

A REFORMA DAS FORÇAS ARMADAS

Alexandre Reis Rodrigues

2000/05/03

POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL. AS NOVAS MISSÕES DAS FAs

Francisco Proença Garcia